

CAPÍTULO 2

O anticomunismo da Igreja Católica na Paraíba republicana: práticas para “desmaterializar” o operariado (1917-1935)

Faustino Teatino Cavalcante Neto⁶

Os autores que discutem o conceito de anticomunismo aconselham a problematizá-lo como um fenômeno plural e resultante da cooperação conjunta de grupos políticos e projetos diversos, cujo ponto em comum é a rejeição ao comunismo. Motta (2002, p. 15) diz que essa ação conjunta “(...) contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas”, contudo assegura que, por meio de uma observação cautelosa, é possível perceber as suas especificidades. Este autor compartilha da ideia de que seria necessário utilizar a expressão anticomunismo no plural, isso porque o anticomunismo é o resultado de uma frente de grupos e projetos políticos diversos que têm a recusa ao comunismo, pela palavra e/ou pela ação, como único ponto em comum. Diz que “Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum”.

É seguindo esse entendimento que Rodeghero (1998, p. 43), ao analisar o anticomunismo católico, diz que o mesmo deve ser entendido como mais um dos componentes que compreendem o conjunto maior, já que se é possível detectar nele especificidades que o distinguem dos demais, “(...) relacionadas com o modo como a Igreja Católica, ao longo do tempo, interpretou a questão”.

Quando Malatian (2003) propõe pensar o anticomunismo na cultura política do Ocidente como tendo raízes anteriores à Revolução de Outubro de 1917, ela o destaca como consequente do discurso católico ultramontano, ferrenhamente antiliberal e hegemônico no século XIX.⁷ Assim, cabe perceber o anticomunismo católico como sendo procedente de sua posição frente ao Ocidente que se fez moderno e ao seu resultante processo de laicização e secularização.⁸ A partir de então, a Igreja Católica assumiu uma

⁶ Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

⁷ O ultramontanismo refere-se à doutrina política católica surgida na França, na primeira metade do século XIX, que buscava em Roma a sua principal referência, reforçando e defendendo o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

⁸ Após a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa, se operou um conjunto de mudanças na esfera política, econômica e social, ganhando força a forma de pensamento *moderna*, onde se passou a

posição de combate a essas questões do mundo moderno e aos seus movimentos intelectuais, contexto esse em que se observa também a sua reação ao comunismo, que passou a ser entendido como um dos desdobramentos da modernidade.

Neste sentido, o presente trabalho buscou problematizar o papel desempenhado pela Igreja Católica paraibana enquanto matriz agenciadora de representações e ações sobre o comunismo e os comunistas na Paraíba, entre o início do século XX e o ano de 1935. Assim, é possível que a preocupação da Igreja Católica paraibana frente ao socialismo tenha se verificado pelo fato de que o mesmo já começara a ser divulgado no estado nos primeiros anos de 1900, por meio “(...) de um grupo autônomo de militantes que defendia essas posições, carregadas de ‘ecletismo político’ e de ‘socialismo utópico’” (PORFÍRIO, 2003, p. 22). Outro indício que pode ser base para pensarmos a presença das ideias socialistas na Paraíba por aqueles anos é a “(...) participação paraibana no II Congresso Socialista em 1902, (...)” (RUBIM, 1983, p. 35).⁹ Gurjão (1994, p. 40) também destaca que a primeira greve realizada na Paraíba foi a dos funcionários da Great Western na última semana de janeiro deste mesmo ano (1902), o que pode sinalizar uma possível preocupação por parte da Igreja Católica com os riscos de propagação de tais princípios no estado.

Talvez esse grupo pró-socialismo tenha continuado existindo na primeira década do século XX, pois, quando das conferências realizadas pelo padre jesuíta Teófilo Levignani (A Providência Divina) na capital paraibana, em 15 e 16 de março de 1908, ele palestrou sobre “(...) a doutrina do mal metafísico, do mal físico e do mal moral em face da Providência, (...)” e como extensão ao estudo do problema do mal na sociedade, disse ainda que “(...) a Revolução Social era apenas o fruto da ganância e da injustiça” (Jornal *A União*, 18 mar.1908).¹⁰ Também é possível que, nos anos seguintes, esse grupo

valorizar o indivíduo, a subjetividade, a experiência e a atividade crítica, em detrimento das instituições e dogmas estabelecidos, que eram a base da ordem social medieval e do pensamento escolástico. Foi nesse quadro que foi se configurando o *laicismo*, uma cultura leiga que se desenvolveu desde a Renascença e que procurou a gradual separação política entre o Estado e a Igreja, bem como a liberdade individual em relação ao Estado e à própria Igreja. Por *secularização* se entende as mudanças ocorridas nos campos social e cultural, mudanças essas transcorridas em meio à transição das sociedades patriarcais e rurais para as sociedades industrializadas e urbanas, quando, então, se processou uma significativa redução do peso social da religião sobre a sociedade; ou seja, compreende-se por *secularização* o processo de perda progressiva dos valores cristãos sobre a vida humana. O liberalismo, a democracia, o anarquismo e o socialismo foram movimentos político-sociais e culturais do século XIX que contribuíram para a laicização do Estado e para a secularização da sociedade. (RODEGHERO, 1998, p. 44-45)

⁹ O Segundo Congresso Socialista Brasileiro realizou-se em São Paulo, entre 28 de maio e 1º de junho de 1902, com mais de 50 delegados.

¹⁰ Essas palestras tiveram público definido sexualmente, sem uma justificativa aparente: “As conferências apologéticas do Padre Teófilo Levignani S. J., exclusivamente para homens, na Igreja de Nossa Senhora do

tenha se organizado em uma sigla partidária, pois Koval (1982, p. 112-113) registra que a delegação do Partido Operário da Paraíba se fez presente durante o Segundo Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em 1913.¹¹

Apesar de identificarmos esse foco de fomentação das ideias socialistas no início do século XX, na capital da Paraíba, bem como de reação ao mesmo por parte da Igreja Católica, é somente depois dos movimentos grevistas paraibanos de 1917 que percebemos uma maior preocupação por parte dessa instituição religiosa em disputar o operariado desse estado com os que defendiam os princípios socialistas e comunistas. Galliza (1993), Gurjão (1994) e Diniz (2004), autores paraibanos que analisam os movimentos operários nesse estado durante a Primeira República, observam que o período entre os anos de 1917 e 1921 é marcado pelo aparecimento das primeiras greves operárias na Paraíba, pois foi um tempo em que “A economia paraibana atravessava uma relativa dinamização, com base, principalmente, na ascensão do algodão, cujo impulso significou um progressivo crescimento urbano” (GURJÃO, 1994, p. 36).

As poucas indústrias paraibanas estavam restritas quase todas à sua capital, além de serem precariamente mecanizadas, eminentemente artesanais, e terem uma pequena concentração operária. De acordo com o Censo de 1920, esse agrupamento era de 3.035 empregados em 251 indústrias, sendo que destas apenas cinco possuíam mais de 100 operários, com o destaque para as do setor têxtil, com 1.818 trabalhadores, e as de alimentação com 420, conforme se pode ver no quadro a seguir:

Carmo, constituíram por excelência a nota do ano de 1908, já pelo número das mesmas (quatorze), já pelos temas ventilados, já pelo talento e pela cultura do conferencista”. (LIMA, 2007, p. 273).

¹¹ O Segundo Congresso Operário Brasileiro ocorreu no Rio de Janeiro de 8 a 13 de setembro de 1913, organizado pela Confederação Operária Brasileira (COB). Esse congresso contou com 100 delegados e 60 entidades, ainda com maioria de correntes anarquistas e anarco-sindicalistas. Seus principais pontos: debateu o que seria o socialismo anarquista e a luta contra o assistencialismo; reconheceu novamente a ação direta como método de luta; discutiu questões de organização, o papel da imprensa operária e da ação sindical; foi aprovada uma campanha pelo salário-mínimo nacional e contra a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Cf. Koval, 1982, p. 110.

**QUADRO I - GRUPOS DE INDÚSTRIAS E NÚMERO DE OPERÁRIOS DA
PARAÍBA EM 1920**

INDÚSTRIAS	Nº ESTABELECIMENTOS	Nº OPERÁRIOS
Têxteis	169	1.818
Alimentação	31	420
Vestuário e toucador	22	144
Produtos químicos e análogos	07	233
Edificações	09	96
Couros, peles e outras matérias duras animais	04	174
Cerâmica	04	47
Móveis	02	75
Madeiras	02	28
Meios de transporte	01	-
Produção e transmissão de forças físicas	-	-
Ciências. Letras e artes	-	-
Metalúrgica	-	-
TOTAL	251	3.035

FONTE: Censo Industrial de 1920.

Segundo os autores citados acima, as condições de vida desse operariado se encontravam agravadas, pois este era submetido a extensas e intensas jornadas de trabalho, além de não dispor de nenhum direito nem assistência dos poderes públicos. Não obstante, esses trabalhadores urbanos passaram a empreender burlas, negociações e resistências que foram nitidamente expressas, sobretudo pelas greves que alcançaram o seu auge no ano de 1917, entre os meses de julho e agosto, como percebemos abaixo:

QUADRO II – GREVES PARAÍBA (1902-1928)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Ferrovários da Great Western	Capital	22 a 27/01	1902
Ferrovários da Great Western	Capital	13 a 25/01	1909
Cigarreiros	Capital	25/06 a 05/07	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	25/07	1917
Operários da Casa Kroncke & Cia.	Capital	25/07 a 30/07	1917
Tecelões da Fábrica Tibiry	Santa Rita	30/07 a 14/08	1917
Jornaleiros da Great Western	Capital	30/07 a 14/08	1917
Operários da Casa Iona & Cia.	Capital	30/07 a 14/08	1917
Estivadores	Cabedelo	27/07 a 14/08	1917
Carroceiros	Capital	?	1917
Costureiras	Capital	?	1917
Alfaiates	Capital	?	1917
Operários da Escola Normal	Capital	?	1918
Empresa de Tração, Luz e Força	Capital	?	1919
Ferrovários da Great Western	Capital	19 a 28/03	1920
Foguistas e cavoeiros das obras do porto Sanhauá	Capital	09/08	1922
Operários da Fábrica Rio Tinto	Rio Tinto	?/ 10	1928

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 40.

Vemos que a paralisação da indústria cigarreira foi a que deu início ao movimento grevista de 1917, que tinha como principais reivindicações “(...) aumento salarial, redução de jornada de trabalho para oito horas, abolição do trabalho infantil e garantia da permanência de delegados do Sindicato Geral do Trabalho na fiscalização e controle do trabalho.” (DINIZ, 2004, p. 194). Essa exigência da presença dos delegados sindicais nas fábricas foi o principal ponto de discordância entre os operários e patrões naquelas negociações, tendo sido o principal motivo de algumas dessas greves.¹²

Para Gurjão (1994, p. 39), a greve dos cigarreiros foi a mais longa e também a que possibilitou a organização dos operários junto ao Sindicato Geral dos Trabalhadores na

¹² A greve da Fábrica Tibiry se deu por conta da demissão de duas operárias que eram delegadas do Sindicato Geral do Trabalho. (DINIZ, 2004, p. 91)

Paraíba, que passou a atuar dirigindo as greves e intermediando as negociações com o governo estadual e os patrões, “(...) terminado graças à intervenção do governador Camilo de Holanda que propôs uma tabela de conciliação, aumentando o salário dos operários em troca da redução dos impostos sobre a indústria cigarreira”. Diz ainda a autora que

A intervenção do governador também se fez sentir durante as greves subsequentes, promovendo entendimentos entre a Associação Comercial e as lideranças operárias, conseguindo pôr fim às paralisações da Casa Kroncke & Cia., dos estivadores de Cabedelo, da Fábrica Tibiry e outras. Ao mesmo tempo em que estimulava as negociações, Camilo de Holanda não descuidava de garantir a “liberdade de trabalho” e a “paz social”, através da intervenção da polícia. A repressão também foi feita diretamente pelos patrões, demitindo lideranças grevistas. (GURJÃO, 1994, p. 39)

No decorrer desses movimentos paredistas, o governador Camilo de Holanda (1916-1920), representando os interesses dos patrões, procurou intermediar a negociação destes com os operários e disponibilizou o aparato policial estadual para garantir a manutenção do *status quo* vigente.

Rubim (1983, p. 14) identifica o Sindicato Geral dos Trabalhadores como a entidade mais atuante no movimento operário da Paraíba no período de 1917 a 1921.¹³ Relata também que as Associações Benéficas, de postura cooperativista e conciliatória, também tiveram participação ativa nas greves dos anos seguintes, com destaque para a Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, durante a paralisação dos ferroviários de 1920, “(...) dando apoio aos grevistas e inclusive organizando um fundo de greve.”¹⁴ Segundo Mello (2001, p. 176), esse movimento operário da Paraíba “(...) possuía um caráter associativista e benéfico, através das ideias de ‘proteção ao trabalho’ e ‘fraternidade social’”, e cujas principais reivindicações eram bastante específicas: “(...) redução da jornada de trabalho, com eliminação do trabalho aos domingos e feriados, institucionalização da semana inglesa, repouso semanal remunerado, etc.”

¹³ Fundado em 1917, por Rafael de Holanda, suas tendências iam desde o anarco-sindicalismo até ao corporativismo, cuja postura oscilava entre a conciliação e as atitudes independentes. (RUBIM, 1983, p. 18)

¹⁴ A Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais da capital foi fundada em 1881. Ela congregava, no seu início, todos os operários da Paraíba, sendo que depois ocorreram dissidências que acarretaram na criação de outras associações: a Sociedade União Benéfica de Operários e Trabalhadores, em 1915; a União Operária Benéfica, em 1919; e a Sociedade Benéfica 2 de Setembro, em 1927. (GURJÃO, 1994, p. 92)

Abaixo temos o quadro que apresenta a organização dos trabalhadores no estado nas primeiras décadas do século XX, registrando o seu número de sócios no ano de 1932.

QUADRO III – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA PARAÍBA (1881-1929)

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº DE SÓCIOS EM 1932
Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais	Capital	1881	142
Associação dos Empregados do Commercio	Capital	1915	489
União dos Operários e Trabalhadores Catholicos	Capital	1915	402
União dos Artistas e Operários	Itabayana	1916	148
Sociedade da União Operária Beneficente	Capital	1919	119
União dos Artistas e Operários	Patos	1920	38
Associação dos Empregados do Commercio	Campina Grande	1920	119
Centro dos Chauffeurs da Paraíba	Capital	1922	134
Associação dos Empregados do Commercio	Esperança	1925	24
União dos Alfaiates	Capital	1925	32
Alliança Prol-Beneficente	Capital	1927	251
União Beneficente dos Proletários da I. I. P.	Capital	1928	71
Sociedade Beneficente dos Artistas	Campina Grande	1929	312

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149.

De acordo com as fontes analisadas, esses movimentos grevistas ocorreram tendo em vista as condições de possibilidade vividas pelo operariado paraibano, ou seja, muito mais pela sua situação específica de experiência de luta por sua sobrevivência do que ocasionados por influências das lutas sociais urbanas que se intensificaram no Sudeste do Brasil depois de 1917, sob a égide do anarquismo e do socialismo.

Contudo, conseguimos perceber que é a partir desse surto grevista paraibano que a Igreja Católica passou a dedicar maior atenção aos operários locais, considerando-os, nas páginas da imprensa local, como ordeiros, disciplinados e distantes das ideias anarquistas e socialistas, como bem podemos notar no texto do padre Matias Freire: “(...) os operários da Paraíba, graças a Deus, não se acham eivados do fermento anarquista (...).

a nossa gente não tem a precisa educação para se embriagar com esses liberíssimos ideais socialistas” (Jornal *Diário do Estado*, 08/08/1917). Possivelmente, essa instituição religiosa passou a perceber que o quadro das resistências operárias começava a apresentar-se como favorável à propaganda de tais ideias, evidenciadas, por exemplo, pela carta de um socialista anônimo em meio à greve dos cigarreiros, publicada no jornal *O Norte* de 29 de junho de 1917, denunciando a situação a que estavam submetidos centenas de homens, mulheres e crianças “que são explorados pela desumanidade de certos proprietários de fábricas, que fazem a sua riqueza à custa dos serviços mal remunerados de suas pobres e indefesas vítimas”.

Essa preocupação da Igreja em “desmaterializar”¹⁵ o operariado paraibano se faz perceber desde 1915, quando, então, essa instituição patrocinou a organização da União dos Operários e Trabalhadores Catholicos na capital do estado; entidade assistencialista que contava com 402 participantes no ano de 1932, conforme descrito no quadro acima.¹⁶ O temor da Igreja ao socialismo pode ser ainda evidenciado pela repetida publicação, no jornal *A Imprensa*¹⁷, da Encíclica *Humanum Genus* (20/04/1884), no segundo semestre de 1917. Procurando condenar a “seita” maçônica, esse documento papal também dedicava atenção ao socialismo e ao comunismo, considerando-os como desdobramentos do primeiro e como subversivos e prejudiciais à sociedade.

Em 31 de dezembro de 1917, Dom Aduino escreveu a “Tudo pela Pátria, nada sem Deus” que foi destinada ao clero e ao povo em geral, que era “(...) não só a confirmação do exposto na Carta Pastoral ‘Deus e Pátria’, publicada em 1909, como ainda uma bela lição dada aos que governam, mas que não conhecem a grande responsabilidade dos que dirigem as rédeas de um Governo qualquer que ele seja. Em poucas palavras S. Excia. Revma. ensinou muito. Fez ver o que pensava com respeito à garantia da Pátria querida, qual a sua conduta quando a honra e a dignidade da Nação reclamam dos seus filhos todo o brio e denodo; **reputa inimigos da Pátria e da República** os que desdenham os direitos de Deus sobre a sociedade; disse enfim que outra coisa não

¹⁵ Ao longo dessa escrita, usamos o termo “desmaterializar” para nos referirmos à ideia de que o mesmo discurso da Igreja Católica que enfatizava a espiritualidade para o operariado, no sentido de afastá-lo do materialismo e desmobilizá-lo das lutas de classes, escamoteava a sua própria materialidade física, econômica e política (poder temporal).

¹⁶ De acordo com Diehl (1990, p. 32-33), um dos pontos do plano de ação do clero brasileiro para enfrentar a *questão social* no Brasil, desde a separação da Igreja do Estado, foi a educação e orientação do operariado por meio da organização de entidades sindicais assistencialistas que evitassem a sua materialização.

¹⁷ O jornal católico *A Imprensa*, lançado em 27 de maio de 1897, tinha formato grande com periodicidade semanal, circulando na sua primeira fase até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, ele foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Por esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União* (ARAÚJO, 1986, p. 42).

desejava senão amar a sua Pátria, a República, **vê-la sem rugas, extreme dos vícios que lhe deformam o organismo.**” (LIMA, 2007, p. 91) (Grifos nossos). Apesar do arcebispo não nomear os “erros”, ele diz que são os importados do estrangeiro e que promovem o ateísmo oficial e a apostasia social, “fontes de todas as desordens”.

Parece-nos mesmo que essa preocupação da Igreja se verificava pelo fato dos ideais socialistas começarem a ser propagandeados na capital paraibana, bem como a partir das entidades de trabalhadores já mencionadas, pois Menezes (1992, p. 77) descreveu que, quando era um jovem estudante de direito de Recife, proferiu uma conferência na sede da Sociedade dos Artistas e Operários, Mecânicos e Liberais, cujo tema era “O Ideal Socialista”, em 12 de outubro de 1918.¹⁸ Envoltos na *questão social* pensada pelo Vaticano e pelo episcopado brasileiro, o clero paraibano também procurava reivindicar as questões básicas ao operariado, como a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, contudo, sem perder de vista a orientação de que os trabalhadores, na capital do estado, eram de “tradição ordeira e pacata”, conforme se capta no discurso do jornal *A Imprensa* intitulado “Comício operário”:

Domingo, pelas 16 ½ horas, na Praça Pedro Américo, a classe operária desta capital realizou um *meeting* de propaganda das idéas hoje quase vencedoras a respeito do horário de trabalho. A questão, que se vem alastrando no sul do Paiz, com caracter pacífico, **na Parahyba para não desmentir as suas tradições de ordeira e pacata, também se agita no campo da ordem e das idéas, com sympathy**, por isso, de todos os poderes e da população indistintamente. Os oradores do comício, professor Sizenando Costa e dr. João Machado, interpretaram satisfatoriamente as justas pretensões do proletariado, com ruidosos applausos da grande reunião. Segunda-feira uma comissão dos operários Joaquim Pereira do Nascimento, José Augusto, Leonel de Oliveira Cruz, Luiz José da Franca e Francisco Salles Cavalcante dirigiu-se ao palácio da presidência, afim de depor nas mãos do exmo. Sr. Dr. Camilo de Hollanda uma moção do operariado parahybano, no sentido de sua exc. se identificar com a classe operária para a realização do seu *desideratum*, isto é, a redução da jornada a 8 horas de trabalho.

¹⁸ Devemos ter o cuidado para não entendermos que o operariado da capital era, no seu total, materializado e antirreligioso, pois, segundo os registros analisados, algumas das associações proletárias mantinham vínculos com a Igreja. O jornal *A Imprensa* de 17 de maio de 1924 noticia uma festa promovida pela classe operária no dia 13, quando o Cônego Pedro Anísio proferiu a conferência “Miséria e Caridade”, no Teatro Santa Roza, em prol dos flagelados da inundação, se fazendo presente o Arcebispo acompanhado do seu secretário e de alguns sacerdotes. Em 16 de janeiro de 1925, identificamos que uma comissão dos centros operários estava entre as demais representações políticas que foram dar as boas-vindas ao visitador apostólico do Papa Pio XI na estação da *Great Western* da capital paraibana. Já em novembro desse mesmo ano, uma comissão das associações operárias estava entre as que se dirigiram ao cais do Varadouro para recepcionar Dom Aduino quando de seu retorno da terceira viagem realizada a Roma. (Jornal *A Imprensa*, 17/05/1924; 17/01/1925 e 04/11/1925).

O Sr. Presidente manifestou-se favorável aos desejos da comissão, a qual se retirou muito satisfeita, na esperança de em breve ver em execução medidas concernentes ao seu propósito. *A Imprensa*, fazendo este registro pode afirmar que, independente de reclamação, em suas oficinas os operários sempre trabalharam 8 horas. (Jornal *A Imprensa*, maio 1919). (Grifos nossos).

Esse texto nos revela essa intenção do jornal católico em “educar” os operários da capital, contudo também evidencia a organização do movimento de resistência e negociação daqueles trabalhadores por meio de comícios para reivindicarem a redução de sua jornada diária de trabalho, bem como em comissão a ser dirigida ao presidente do estado com as reivindicações propostas. Parece-nos que a preocupação da Igreja Católica da Paraíba frente ao socialismo, entendido como um desdobramento do liberalismo e do anarquismo, se tornava mais evidente, já que *A Imprensa* publicou em primeira página a matéria com o título “Evolução Socialista - A obra negativa do socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade”, em 09 de outubro daquele mesmo ano, onde consta:

Alça o collo, dia a dia mais audaz, a perigosa serpe do anarchismo. Diffundida, ensinada á luz meridiana, na praça publica, nos clubes e na imprensa, sob a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente, o anarchismo, de generescencia do socialismo, tornou-se uma potencia inexpugnável. Hoje, todos lamentam as suas conseqüências perniciosas, sem, entretanto, apontarem os responsáveis por tão lamentáveis desastres que vêm chamando a atenção universal. O grito de alarme deu-o em tempo de Leão XIII, o eminente doutor, chamando para a questão social a atenção dos príncipes e governantes. Clamou no deserto, mas não tardou a desabalar-se a tempestade predita. Luziu o clarão sinistro dos incendios e vibrou a picareta da demolição, creando-se a desordem e o desrespeito ao direito e ás instituições. Ninguém pode mais duvidar da gravidade do momento que atravessa o mundo inteiro, uma angústia inaudita e, parece, irremediável. O mal já vai muito fundo e universalizou-se. (...). (Jornal *A Imprensa*, 09/10/1919).

O discurso segue chamando atenção de que, para essa “evolução socialista”, foi contribuinte o congresso marxista de 1889, onde estiveram reunidas delegações operárias da Europa e da América que terminaram por ecoarem os gritos “Proletários de todos os

países uni-vos!” e “O mundo é nosso, dê no que der”, que inspiraram a revolução social.¹⁹ Dizia ainda o artigo que a lição do socialismo na América datava de bastantes anos, apresentando, por fim, a preocupação que as autoridades brasileiras deveriam ter frente a esse “mal moderno”, como segue:

No Brasil frio e retractario ao ódio e a effusão de sangue já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta. Para honra nossa, - Deus louvado, - a cerebrina corrente anarchica não se abrem espíritos brasileiros. Mas ahi estão, de norte a sul, os emissários da derrocada moderna, a peitar a nossa ingenuidade e a explorar os nossos elementos. É mister que não se illudam as honradas classes de trabalhadores nacionaes. A política sem escrúpulos de homens do pais e a ambição de estrangeiros piratas por ahi andam a explorar. Isso já o comprehendeu o nosso governo e é o echo de nossa imprensa patriótica, que não da desmoralizada, da venal e da vermelha. É mister que o governo lance as suas vistas para esse perigoso estado das coisas. O governo da União e os dos Estados. (Jornal *A Imprensa*, 09/10/1919).

A matéria reporta uma postura de recusa por parte dos “ingênuos” brasileiros aos ideais anarquistas, contudo destaca que, de norte a sul, os “emissários da derrocada moderna” já influenciam os trabalhadores do país e que os governos da União e dos estados passassem a se preocupar com “esse perigoso estado das coisas”.

Deste modo, notamos que na Paraíba essa preocupação para com a influência das ideias socialistas sobre o operariado local foi empreendida, sobretudo, pelo clero. Foi nesse sentido, por exemplo, que o arcebispo Dom Adauto²⁰ presidiu uma reunião da Congregação da Doutrina Cristã no palácio episcopal, em 08 de junho de 1920, onde determinou as novas diretrizes quanto à catequese do operariado, orientando que

O operário, mais do que nunca, deve ser hoje objeto de todos os cuidados do pároco e dos que têm cura d’almas, para que se não deixe ele arrastar nessa corrente de anarchia e de desordem em que o desejam

¹⁹ O Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), que reuniu delegações de vinte países, fundou a Segunda Internacional Socialista como uma continuidade dos trabalhos da dissolvida Primeira Internacional, embora excluindo o ainda poderoso movimento anarco-sindicalista. Entre as suas principais ações, estão a declaração do 01 de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores e a campanha internacional para a jornada de oito horas de trabalho.

²⁰ Dom Adauto nasceu em Areia – PB, em 30 de agosto de 1855, e era filho do coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, “(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho”, o que deixou marcas profundas na sua personalidade. Após ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezenove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma (1877-1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882, sendo nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba, onde foi arcebispo de 1914 a 1935 (FERREIRA, 1994, p. 65-64).

meter. No campo, nas fábricas, nas oficinas, em toda parte, fará muito bem o ministro de Deus pregando ao operário a verdadeira doutrina social e inculcando no seu espírito o cumprimento exato do dever. (Jornal *A Imprensa*, 10/06/1920).

Essa inquietação da Igreja Católica com as influências do socialismo no meio operário parece ter seguido uma dinâmica nacional, o que se pode perceber pela Carta Pastoral Colectiva “Sobre os males actuaes da sociedade”, emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil, em 15 de agosto desse mesmo ano.²¹ Esse foi o primeiro documento católico divulgado pelas paróquias da diocese paraibana que apresentou sistematicamente a condenação ao socialismo e às suas variantes, em dezessete das suas quarenta e quatro páginas dedicadas exclusivamente à questão operária e aos cuidados para com esta.²²

Depois de apresentar os “males atuais da sociedade”, dentre os quais o anarquismo e o socialismo, a carta chama a atenção para a “má imprensa” como um dos meios que instigava a revolução social, cujos dois grandes prejudicados seriam a família e o operariado, sendo estes as principais “vítimas dos pregoeiros da reforma social”. Tendo por base as discussões em torno da *questão social*, o texto diz que

Para solução de tão grave problema, além da escola liberal, com os seus diversos grupos de phisiocratas, apregoando a liberdade como remédio único dos problemas sociaes, **apresenta-se o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o communismo, o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição.** (...) E, com o fim de levar a cabo a sua obra de uma falsa melhoria social, taes systemas se propõem a realizar o impossível: a egualdade social, a abolição da propriedade privada e a nacionalização de todos os bens do homem, com o que suppõem nivelar a felicidade humana e fazer desaparecer a pobreza da face da terra. Então,

²¹ “Mandamos que esta Nossa Carta Pastoral, dividida em três partes, seja lida à estação da Missa Conventual em todas as Matrizas e Capellas de Religiosos e Congregados, devendo depois ser archivada na forma do estylo. Dada e passada nesta Cidade de Salvador, aos 15 de agosto, festa da Assumpção de Nossa Senhora, do anno de 1920”. Ela foi assinada por: Jeronymo, Arcebispo da Bahia; Santino, Arcebispo de Belém; Aduato, Arcebispo da Paraíba; Sebastião, Arcebispo de Fortaleza; Sebastião, Arcebispo de Olinda Recife; Fr. Amando, Bispo Titular de Argos, Prelado de Santarém; Manuel, Bispo de Maceió; José, Bispo de Aracajú; Augusto, Bispo da Barra; Octaviano, Bispo do Piauí; Manuel, Bispo de Caetité; Moisés, Bispo de Cajazeiras; Manuel, Bispo de Ilhéus; Quintino, Bispo do Crato; José, Bispo de Pesqueira; Antônio, Bispo de Natal; José, Bispo de Sobral; João, Bispo do Amazonas; Jonas, Bispo de Penedo; Helvécio, Bispo do Maranhão; João, Bispo de Garanhuns; Ricardo, Bispo de Nazareth. (HENRIQUES et al, 1920)

²² Esse empenho da Igreja Católica em “educar” o operário da capital paraibana parece ter sido contínuo, pois o jornal *A Imprensa* de 12 de novembro de 1921 tece elogios à iniciativa do Dr. Mateus de Oliveira em promover uma série de conferências de orientação cristã para o operariado paraibano, no concernente às suas reivindicações sociais. Já em 09 de dezembro de 1924, a convite de Mário Viana, superintendente da Fábrica Rio Tinto, o Arcebispo paraibano acompanhou-se dos padres Gentil de Barros (vigário de Serraria) e Artur Costa (coadjutor de Mamanguape) em visita ao centro industrial dos Lundgren que havia sido inaugurado naquele ano. (Jornal *A Imprensa*, 12/11/1921 e 11/12/1924)

aguçando no operariado o ódio contra os ricos, os industriais, os proprietários, o seduzem mediante promessas illusórias e irrealizáveis e o arrastam para o abysmo das revoluções. (HENRIQUES et al, 1920, p. 29). (Grifos nossos).

A Carta Pastoral considerava o socialismo, o comunismo, o coletivismo, o maximalismo e o bolchevismo como um conjunto de teorias que, cada vez mais, se apresentava à sociedade brasileira através, principalmente, da “má” imprensa. Talvez na Paraíba, a divulgação de tais ideias também vinha se verificando por esse meio, já que Araújo (1986, p. 59-60) destaca que a Associação dos Empregados no Comércio passou a manter o jornal semanário *A Tribuna* em 1918, e a Sociedade dos Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, o jornal *Nordeste Operário* a partir de 1920.²³

Essa orientação por parte de Dom Adauto sobre a “boa” e a “má” imprensa era algo que já vinha sendo posto desde o Primeiro Congresso dos Jornalistas Católicos (1910) e que culminou com a sua Carta Pastoral *Do Nosso Dever para com a Imprensa* (1918). No contexto dos primeiros anos da década seguinte, foi então realizada na capital do estado, no dia 06 de maio de 1921, a Festa da Boa Imprensa como parte das campanhas de orientação à sociedade sobre o que ela deveria consumir enquanto leitura. O evento foi organizado por um grupo de mulheres tendo à frente as professoras Julita e Noêmia Ribeiro, e cujos patronos foram: o prefeito da cidade Guedes Pereira; o chefe de polícia Demócrito de Almeida; o desembargador Heráclito Cavalcanti; o Major Adolfo Massa; o procurador-geral do Estado José Américo de Almeida; os coronéis Benjamim Fernandes e Elvídio de Andrade; e o chefe do Serviço de Defesa do Algodão João Maurício de Medeiros.

Tendo como palco o Teatro Santa Roza, a festa contou com as presenças dos representantes do arcebispo metropolitano e do presidente do Estado e “(...) um público que lotou os camarotes, frisas, cadeiras e gerais”, e cujo ponto máximo foi o seu terceiro momento que consistiu na peça de D. Amélia Rodrigues “No Campo da Imprensa”, focalizando “(...) a luta entre a boa e a má imprensa e o triunfo da boa imprensa pela ação do anjo do Brasil contra a má imprensa.” (Jornal *A Imprensa*, 11/05/1921). Vemos que estiveram à frente dessa festa os representantes das classes dominantes paraibanas (intelectuais, poderes públicos e a Igreja Católica), cujo objetivo era fazer com que a

²³ Essa autora conjectura que o Jornal *União Operária* da Associação Proletária União Operária Beneficente, fundada em 1919, também é do início da década de 1920: “(...) mensário que deduzimos ter sido fundado em 1921, a partir da edição de 12 de outubro de 1932, que diz ‘Ano XII’.” (ARAÚJO, 1986, p. 231)

sociedade descartasse as leituras relacionadas aos “males da modernidade”, dentre os quais cabe destacar o mais recente aparecido: o socialismo.

Essa ação da Igreja com relação à “boa e a má imprensa” também dizia respeito à publicação de livros por intelectuais paraibanos de formação anticlerical. Foi nesse sentido que o Jornal *A Imprensa* de 16, 23 e 30 de setembro de 1920, publicou três artigos do Cônego Pedro Anísio criticando o livro de Álvaro de Carvalho “Ensaio de Crítica e Estética – Esboço de uma Lição de História”, refutando-o pelas severas críticas feitas à Igreja Católica ao longo da História. Em 13 de abril de 1921, o semanário católico registra a publicação do livro do padre Florentino Barbosa “Metafísica versus Fenomenismo” como resultado de uma polêmica travada, havia pouco tempo, entre o autor e o intelectual paraibano Dr. Alcides Bezerra. Já em 23 de maio de 1922, esse jornal publicou editorial criticando severamente a revista “A Novela”, publicada na Paraíba, por seu caráter anticlerical. Nesse mesmo sentido, o jornal trouxe na seção “Comentos” e assinado por “A” um artigo de crítica ao livro “Ensaio e conferências” de José Euclides, em 09 de agosto do mesmo ano (LIMA, 2007, p. 184, 196 e 234). Também de 1922, é o periódico *O Além*, primeiro jornal da Federação Espírita Parahybana, fundado por um grupo de adeptos para divulgação da doutrina correspondente. Já *O Evangelizador*, da Igreja Presbiteriana, é um jornal protestante que foi editado em 1923. (ARAÚJO, 1986, p. 251)

Tendo em vista essa campanha, o jornal católico transferiu suas oficinas para a Confederação Católica, um prédio melhor adaptado, melhorou seu maquinário e se tornou bi semanário a partir de julho desse ano. (Jornal *A Imprensa*, 20/07/1921 e 27/07/1921)

A ação constante da Igreja em orientar sobre o que a sociedade deveria ler, não impediu, contudo, que surgisse uma fomentação literária esquerdizante por parte de alguns jovens intelectuais paraibanos. Para Mello (2001, p 176), as ideias de revolução social somente começaram a ganhar espaço a nível teórico “(...) em razão da fermentação jornalística e literária que, então na cidade da Parahyba, acompanhava o Movimento Modernista, impulsionado pelo jornal *A União* e pela revista *Era Nova*, à sombra da presidência Solon de Lucena (1920-1924)”²⁴ Foi na sequência desse processo que

²⁴ Revista quinzenal, ilustrada e em papel couchê, fundada por Severino Lucena, filho do então presidente do estado Solon de Lucena, em 27 de março de 1921. De perfil literário, quase nunca criticava, trazendo um noticiário que se limitava mais ao social. Circulou de 1921 a 1926, saindo 100 números. Teve como principais colaboradores: Coriolano de Medeiros, Américo Falcão, Abel da Silva, Celso Mariz, Carlos Dias Fernandes, S. Guimarães Sobrinho, Ademar Vidal, Jonas Montenegro, Alfredo Silveira, Juvenal Coelho, Sá e Benevides, Mathias Freire, Vicente Falcone, Rocha Barreto, Elpídio de Almeida, Diógenes Caldas, Lauro Montenegro, Flávio Maroja, Álvaro de Carvalho, Joaquim Inojosa (escritor considerado coordenador do movimento modernista na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Amelinha Theorga, Silvino Olavo, Silvino Lopes, Assis Vidal, Mardokêo Nacre, Analice

Antônio Bôtto de Menezes, por exemplo, fundou o jornal vespertino *O Combate* em meados de 1923, tendo entre seus colaboradores os jovens idealistas Mário Pedrosa, Ademar Vidal e Antenor Navarro, cujas matérias sempre se referiam ao que eles consideravam como positivities da revolução proletária da Rússia.²⁵ Joffily (1979, p. 159) diz que é de Antenor Navarro o artigo “A Rússia Revolucionária”, publicado nesse jornal em 29 de janeiro de 1924.

Conforme Joffily (1979, p. 159), outro periódico que dedicou atenção positiva à Rússia revolucionária, foi *O Jornal*.²⁶ Em 1924, a morte de Lênin mereceu seus comentários em dois de seus artigos que enalteciam a revolução, bem como o papel do “grande chefe”. Dizia o primeiro que:

Fez-se, ademais, em torno da revolução moscovita, tal campanha de exagero, de descrédito, de mentira, de difamação, que ainda hoje não têm dela, geralmente, uma noção nítida mesmo a que a supõem ter. Lenine foi um bravo. A sua vida foi um combate ininterrupto contra a prepotência e o despotismo. A sua energia varonil cedeu o absolutismo dos Romanoff e o evangelho de suas idéias criou uma Rússia nova e liberta. Wladimir Lenine é um nome que não se apaga e passará vitoriosamente aos pósteros. As más doutrinas fizeram correr muito sangue, mas esse sangue medrou a árvore da liberdade entre os slavos e redimiu muitos males. A memória de Lenine pode ser amaldiçoada, mas o seu nome há de viver onde se pensar em reivindicações, em liberdade e equiparação social. (...). (*O Jornal*, 25/01/1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

No dia seguinte, esse jornal trouxe o segundo artigo no mesmo sentido:

A morte de Wladimir Lenine foi o maior acontecimento da semana. O famoso pontífice do Sovietismo chegou, enfim, ao término de sua penosa jornada. Mil vezes apregoada a sua morte, que mil vezes foi também desmentida. Mas, o admirável agitador tinha que ceder às leis fatais do destino e, como todos os homens, passar à vida subjetiva. Passou, deixando sulcos indeléveis de heroísmo, em que se não apagarão ao decorrer dos anos. (*O Jornal*, 26/01/1924 Apud JOFFILY, 1979, p. 159).

Caldas, Leonardo Smith, Peryllo de Oliveira (poeta modernista), João da Matta, Silva Lobato, Matheus de Oliveira, Oscar de Castro, Antônio Freire, Eudes Barros, Antenor Navarro, Nelson Lustosa, Samuel Duarte, Manuel Otaviano, Antônio Bôtto de Menezes, dentre outros. (ARAÚJO, 1986, p. 144-146)

²⁵ Segundo Araújo (1986, p. 61), o jornal *O Combate* começou como órgão oficioso, passando a veículo de oposição governista desde o momento que Antônio Bôtto rompeu com o presidente da Paraíba, João Suassuna (1924-1928).

²⁶ *O Jornal*, de propriedade de Joaquim Pessoa de Albuquerque, mas dirigido por Otacílio de Albuquerque, circulou entre 1923 a 1926. Esse diário político teve em sua redação figuras como Rodrigues de Carvalho, Severino Ayres, Joaquim Ribeiro, sendo os principais expoentes João Dantas e João da Matta. (ARAÚJO, 1986, p. 61)

Ainda de acordo com Joffily (1979, p. 160), no início da década de 1920, o regime soviético começou a atrair a atenção dos jovens paraibanos “(...) da classe média e até entre os oriundos da burguesia, o desenvolvimento intelectual aguça a sensibilidade e torna irresistível a fascinação pela justiça social.” Assim, foi essa arregimentação de uma pequena juventude na capital do estado que possibilitou surgir o Partido Comunista do Brasil na Paraíba.

Apesar de não existirem maiores registros sobre a fundação do PCB paraibano, Severino Ribeiro (apud PORFÍRIO, 2003, p. 26) diz que foi um dos pioneiros desse partido e que a sigla foi fundada na capital do estado em 25 de março de 1922, data essa a mesma do I Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil em Niterói - RJ. Severino Ribeiro relata ainda que a primeira direção do PCB paraibano foi composta por: Manoel Luiz Dias Paredes, secretário político; Manoel Ferreira de Castro, secretário de organização; Luiz Fonseca, secretário de divulgação e propaganda; Martiniano Barbosa, secretário sindical; e José Leandro, secretário de finanças.²⁷

Sobre a presença das ideias comunistas em Campina Grande, Câmara (1998, p. 147) mostra que elas vinham sendo propagandeadas desde 1927. “Naquele ano a sociedade União Geral dos Trabalhadores funcionava numa casa da rua do Progresso e, dirigida por alguns mecânicos e pedreiros de Recife, era ostensivamente marxista de cujas idéias faziam aberta propaganda.” Nesse mesmo sentido, Eurípedes Floresta de Oliveira (apud MENDES FILHO, s.d) disse que naquela cidade “(...) em 1926/27, já atuavam grupos comunistas que dirigiam o Sindicato Geral dos Trabalhadores. Organicamente, ele era dividido, nas reuniões cada categoria levantava a sua bandeira: pedreiro, ferreiro, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, (...)”.²⁸

Contudo, os poucos registros de que dispomos, indicam que o PCB da Paraíba, do ponto de vista numérico e organizacional, era disperso e sem muita influência na sociedade ao final da década de 1920. Tanto é que, nas eleições presidenciais de março de 1930, o candidato do Bloco Operário Camponês, Minervino de Oliveira, obteve “(...) apenas vinte e um sufrágios, todos restritos à capital (...)”. (MELLO, 2001, p. 178)

²⁷ Severino Ribeiro foi um antigo militante comunista que morreu no PCdoB com quase noventa anos de idade, em 1986, deixando essas impressões sobre a fundação do PCB em uma entrevista gravada pelo jornalista João Batista Barbosa. (PORFÍRIO, 2003, p. 26)

²⁸ Eurípedes de Oliveira se tornou a principal liderança do integralismo em Campina Grande entre 1933 e 1937, realizando palestras, falando em comícios, escrevendo artigos e catequizando adeptos. (SYLVESTRE, 1993, p. 202)

Ainda durante a década de 1920, a Igreja paraibana empreendeu outras ações romanizadoras que faziam com que a sociedade, não só da capital mais também do interior do estado, tomasse conhecimento sobre o que ela considerava como sendo os “males da modernidade”. Dentre tais ações, cabe destacar as Cartas Pastorais dirigidas aos párocos locais que as liam durante as missas, como descrito anteriormente, bem como as Visitas Pastorais, que eram práticas comuns do episcopado brasileiro. Por meio destas,

(...) os bispos conheciam geograficamente as suas dioceses, os trabalhos realizados pelos padres e a situação pastoral e administrativa da Igreja nas diversas paróquias, sobretudo no interior. Objetivavam as *Visitas Pastorais* expandir a doutrina cristã e balizar, por meio de ensinamentos, o que deveria ser o modo de proceder da Igreja Católica em seu aspecto religioso e organizacional. (DIAS, 2008, p. 114).

Nesse sentido, essas visitas faziam parte das estratégias da Igreja para a romanização da sociedade brasileira, uma vez que apresentavam um caráter disciplinar e fiscalizador das atividades e comportamentos do clero e de seus fiéis. De acordo com Ferreira (1994, p. 214), Dom Adauto seguiu essa orientação do episcopado nacional e “(...) nos primeiros anos do seu bispado (1894-1910), visitou praticamente quase todas as sedes de paróquias da diocese da Paraíba, passando vários meses fora de sede do bispado.”

Conseguimos identificar que tais visitas continuaram sendo uma prática corrente durante a década de 1920, quando Dom Adauto vistoriou anualmente as diversas e longínquas paróquias de sua diocese, como descrito no quadro que segue:

QUADRO IV – VISITAS PASTORAIS NA PARAÍBA (1921-1929)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1921	Agosto a setembro	Teixeira, Taperoá, São João do Cariri, Cabaceiras, Soledade, Pedra Lavrada e Picuí
	Novembro	Areia
1922	Dezembro	Alagoa do Monteiro, São Tomé, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú
1923	Dezembro	Alagoinha e Guarabira
1924	Janeiro	Serraria, Borborema e Pilões
	Outubro	Bananeiras e Arara
	Novembro	Alagoa Grande e Sapé
1925	Janeiro	Santa Rita
	Fevereiro	Itabaiana e Caiçara
	Março	Espírito Santo, Mogeiro e Fagundes
	Abril	São Miguel do Taipú
1926	Fevereiro	Jacaraú (Freguesia de Mamanguape)
	Março	Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Freguesia de Lourdes
	Novembro	Lagoa do Remígio, Esperança e Cabedelo
	Dezembro	Pirpirituba
1927	Novembro	Alagoa Nova
	Dezembro	Umbuzeiro, Natuba e Aroeiras
1928	Janeiro	Teixeira, Desterro e Imaculada
	Agosto	Campina Grande
1929	Outubro a Novembro	São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú, Alagoa do Monteiro, São Tomé, São João do Cariri, Serra Branca, Serra Redonda e Ingá

FONTE: (LIMA, 2007, p. 190-473) Quadro elaborado pelo autor do texto.

Durante as visitas, que geralmente duravam entre três ou quatro dias, as programações incluíam pregações catequéticas durante as celebrações de missas e várias práticas sacramentais, como confissões, crismas, comunhões e casamentos dos fiéis. Desse modo, elas se tornaram um grande empreendimento administrativo e pastoral

durante os anos 1920, já que por meio delas o arcebispo tanto regraria o funcionamento de suas paróquias como procuraria disciplinar a sociedade.²⁹

De acordo com Gurjão (1994, p. 143), o movimento operário na Paraíba voltou a viver um crescimento na década de trinta, assumindo sua maior intensidade em 1935, quando então se efetivou a presença do trabalhador urbano no cenário político estadual em movimentos de resistências frente às condições precárias de vida às quais estava submetido. Sobre o crescimento da indústria paraibana e do seu contingente operário nos anos 1930, vejamos o quadro abaixo:

QUADRO V – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE OPERÁRIOS NA PARAÍBA (1920 e 1940)

1920		1940	
Estabelecimentos	Operários	Estabelecimentos	Operários
251	3.035	737	13.210

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 144.

Segundo Gurjão (1994, p. 116), no mês seguinte à vitória da “Revolução” de outubro de 1930, a interventoria paraibana promoveu um Congresso Operário, cuja finalidade foi debater a *questão social* e colher sugestões para a solução dos problemas do operariado. Essa autora diz ainda que a relação entre a interventoria de Antenor Navarro (1930-1932) e as lideranças operárias foi relativamente amistosa, tendo contribuído para isso o culto à memória de João Pessoa que, de certa forma, unia o operariado ao projeto político do governo paraibano e, assim, as lideranças operárias passaram a depositar confiança na obra renovadora.³⁰

Essa relação de aproximação entre o operariado e o Estado pode ser notada ainda quando da chegada do recém-empossado interventor Gratuliano Brito (1932-1934) ao porto de Sanhauá, já que, na ocasião, um dos discursos de boas-vindas foi o de José

²⁹ A Diocese de Cajazeiras no sertão da Paraíba, cujo Bispo era Dom Moisés Coelho, passou a editar um periódico de orientação católica a partir de 16 de novembro de 1924, circulando semanalmente às quintas-feiras. Tratava-se do jornal *Rio do Peixe*, sob a direção do Dr. Ferreira Júnior e tendo como redator-chefe o Dr. Cristiano Cartaxo e redator-gerente, o professor Hildebrando Leal. O *Rio do Peixe* circulou entre os anos de 1930-1940, em toda a região do alto sertão paraibano. Entendemos que esse periódico também foi contribuinte para a Igreja Católica romanizar a sociedade paraibana.

³⁰ Cabe lembrar também, como já mencionado antes, que Antenor Navarro havia sido um dos admiradores do socialismo que estava sendo posto em prática na URSS, tendo publicado artigos nesse sentido nos anos 1920. Segundo Mello (1992, p. 102), Navarro saiu da “Revolução” de 1930 convertido em “amigo das classes proletárias”, conseguindo a adesão, inclusive, de lideranças operárias.

Marques, que falou em nome do operariado paraibano (Jornal *A Imprensa* 15/12/1932). Entendemos que essa relação “amistosa” entre Estado e trabalhadores deve ser compreendida como parte das táticas desenvolvidas por estes últimos que, tendo em vista o quadro de repressão estabelecido durante a década de 1920, se voltou para o campo das negociações.

Nesse sentido, identificamos que em janeiro e abril de 1931, a interventoria da Paraíba, em consenso com o corporativismo varguista, procurava estimular os trabalhadores a se registrarem no Ministério do Trabalho e difundia os benefícios apresentados pela nova legislação (Jornal *A União*, 17/01/1931 e 14/04/1931).³¹ Todavia, encontramos registros de que esta legislação não era cumprida na Paraíba e, quando ocorria a prática de alguma das leis decretadas, limitava-se às indústrias de grande porte: “Em nosso Estado (e honra nos seja: não estamos sós na desídia) só se beneficia da lei os ferroviários da Great Western e os empregados da Empresa de Tração, Luz e Força. Fica, assim, uma funda desigualdade de condições entre cooperadores de empresas congêneres”. (Jornal *A União*, 07/07/1933).

Por seu turno, a Igreja Católica continuava caminhando no sentido de “desmaterializar” o operariado paraibano, sendo mais um dos meios dessa ação a União dos Moços Católicos da capital.³² Uma das atitudes dessa associação com esse propósito pode ser notada quando, em 13 de maio de 1931, ela realizou uma sessão presidida pelo Cônego João de Deus em comemoração ao 5º aniversário de sua fundação, onde estiveram presentes, além dos representantes do governo e da polícia estadual, as representações

³¹ A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo implantado no Brasil no dia 3 daquele mesmo mês sob a chefia de Getúlio Vargas. O “ministério da Revolução”, como foi chamado por Lindolfo Collor, o primeiro titular da pasta - surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho. Durante a gestão de Lindolfo Collor (1930-1932), o ministério conheceu intensa atividade legislativa, referente, sobretudo à organização sindical e aos direitos trabalhistas, e esboçou as linhas-mestras de sua atuação nos anos seguintes. No campo da organização sindical, Lindolfo Collor declarava explicitamente que concebia os sindicatos como um instrumento para mediar o conflito entre empregados e patrões. Seu objetivo era trazer as organizações sindicais para a órbita do novo ministério, de forma que elas passassem a ser controladas pelo Estado. No que se refere à questão dos direitos trabalhistas, o regime procurava atender algumas reivindicações históricas do proletariado, ao mesmo tempo em que construía todo um discurso ideológico sustentado na ideia da outorga dos direitos dos trabalhadores pelo Estado. Esse projeto foi intensamente criticado pelos grupos de esquerda, que denunciavam seu caráter corporativista e diluidor dos conflitos entre capital e trabalho. Por conta disso, nos primeiros tempos, somente os sindicatos das categorias com menor tradição organizativa aceitaram se enquadrar nas condições exigidas pelo Ministério do Trabalho para que fossem oficialmente reconhecidos (GOMES, 2005, p. 164).

³² A União dos Moços Católicos foi fundada na capital em 02 de maio de 1927, filiada à sua congênera de Belo Horizonte, com a finalidade de arregimentar a mocidade paraibana para a defesa dos ideais dentro das linhas do catolicismo. Além da capital, sua ação se estendeu a outros municípios do estado: Areia, Campina Grande, Alagoa Grande (20/11/1927), Esperança (21/07/1928), Bananeiras (28/09/1930), Santa Rita (10/04/1932) e Guarabira (03/07/1932). (Jornal *A Imprensa*, 08/05/1927)

operárias, sendo que “A nota de destaque da sessão foi a conferência do Dr. Murilo Coelho ‘O Catolicismo e o Operariado’” (Jornal *A Imprensa*, 16/05/1931).³³

A estratégia dessas ações da Igreja se baseava em procurar sempre envolver os trabalhadores nas programações religiosas, ao mesmo tempo em que continuava a providenciar a sua inserção nas associações que representavam esses trabalhadores. Nesse sentido, identificamos que a Igreja esteve presente durante as festividades do 50º aniversário da Sociedade dos Artistas, Operários Mecânicos e Liberais, em 11 de setembro de 1931. Pela manhã, o próprio arcebispo realizou, na Igreja do Carmo, uma missa em sufrágio das almas dos sócios falecidos. Já à noite, Dom Adauto presidiu uma sessão na sede da Sociedade Mecânica, onde se procedeu à aposição de um crucifixo, que tinha sido presente da União dos Moços Católicos de João Pessoa, discursando por ocasião o Assistente Eclesiástico dessa associação, o Cônego João de Deus. Em seguida, falou Francisco de Assis, presidente da Mecânica, agradecendo a imagem recebida e, ao final da sessão, procedeu-se à inauguração do retrato do presidente João Pessoa, sendo orador oficial dessa solenidade o sócio Mardoqueu Nacre.³⁴ (Jornal *A Imprensa*, 10/09/1931).

Com essa mesma finalidade, em 10 de outubro de 1932,

O Sr. Arcebispo Coadjutor, D. Moisés Coelho, profere às 7 da noite, na Matriz de Santa Rita, uma conferência para os operários daquela cidade, abordando os assuntos prementes da vida operária moderna, analisando os tristes efeitos do nosso liberalismo econômico à luz da doutrina social da Igreja. Terminou fazendo um apelo às forças operárias, para a sua arregimentação dentro do programa de reivindicações que lhe traça a Igreja. (LIMA, 2007, p. 574)

O público específico dessa conferência de Dom Moisés Coelho nos faz perceber como andavam as preocupações da Igreja Católica paraibana frente à materialização do operariado no início da década de 1930.³⁵ Com igual intenção foi realizada outra

³³ Grande parte do operariado da capital paraibana era de tradição católica e mantinha relações estreitas com a Igreja Católica, que se dizia defensora da *questão social* voltada aos trabalhadores. Talvez por essa razão “representantes das classes proletárias” tenham constado entre as várias visitas que foram parabenizar Dom Adauto, em 30 de agosto de 1933, por ocasião de seu aniversário. (Jornal *A Imprensa*, 01/09/1933)

³⁴ Durante as celebrações, o Arcebispo se achava ladeado do Tenente-Coronel Elísio Sobreira, representante do interventor Antenor Navarro. (Jornal *A Imprensa*, 10/09/1931).

³⁵ A Igreja também entendia que outra estratégia muito eficaz na catolicização da sociedade seria a prática do ensino de religião nas escolas da Paraíba. Assim, ela passou a empreender forte campanha no sentido de fazer valer na Paraíba o Decreto Federal nº 19.914, de 30 de abril de 1931, que facultara o ensino religioso nas escolas públicas do país. O Jornal *A Imprensa*, de 14 de janeiro de 1932, publicou o editorial sob o título “A Paraíba quer a execução do decreto federal de 30 de abril”, que cobrava do interventor estadual providências nesse sentido, já que o mesmo ainda não pusera o decreto em prática. Ainda em 29 de janeiro

conferência no Teatro Santa Roza, em 25 de junho de 1932, ministrada pelo tenente Severino Sombra, presidente da Legião Cearense do Trabalho, onde o mesmo defendeu “(...) os direitos cristãos do trabalhador e criticou as ideologias que procuravam resolver o problema social à luz do materialismo.” (LIMA, 2007, p. 561).³⁶ É interessante observar que, no início de sua fala, o conferencista foi aparteado pelos comunistas chefiados por Orris Barbosa e João Santa Cruz³⁷, o que demonstra as relações de poder então estabelecidas entre os que falavam em nome da ordem instituída e os que se contrapunham a ela.

Apesar de toda retórica do governo e da Igreja Católica, nenhuma ação foi efetivamente posta em prática no sentido de estender a legislação trabalhista aos trabalhadores da Paraíba e as suas condições de vida continuaram agravadas. Porém, o operariado da capital partiu para uma ação mais efetiva em torno de mobilizar-se em prol de suas reivindicações: jornada de trabalho de 8 horas, lei de férias e a lei de acidentes de trabalho (Jornal *O Rebate*, 22/10/1932 e jornal *A União*, 09/11/1932). Essa ação operária pode também ser expressa pela criação de novos sindicatos que, somados aos já citados anteriormente, contribuíram para instigá-lo à luta reivindicatória pelas leis trabalhistas que não eram aplicadas. Pode-se dizer que, mesmo com a lei de sindicalização e a busca do interesse do Estado pela tutela dos sindicatos, uma leva de associações operárias foi se configurando no cenário político paraibano. Abaixo, segue a listagem dessas novas associações pela Paraíba afora com o seu número de sócios do ano de 1932.

desse ano, Dom Adauto publicou a Carta Pastoral “As vantagens do Ensino religioso”, que foi noticiada na íntegra no jornal católico de 02 de fevereiro. Seis meses depois, o governo do estado regulamentou o decreto e a Igreja passou a atuar em mais uma frente no combate à materialização do operariado. (Jornal *A Imprensa*, 14/01/1932; 02/02/1932 e 03/08/1932) Contudo, esse jornal comenta em um tópico a atitude de Samuel Duarte e Vasco Toledo que, no conclave do Partido Progressista, impugnaram o ensino religioso facultativo nas escolas. (Jornal *A Imprensa*, 21/04/1933)

³⁶ A Legião Cearense do Trabalho foi uma entidade partidária sindical de inspiração fascista que surgiu em 1931 atuando até 1937, no Estado do Ceará. A entidade tinha o caráter católico, antiliberal e anticomunista. O jornal *A Imprensa* de 25 de agosto de 1922 registra um telegrama de Odon Bezerra agradecendo a sua aclamação para presidente da Legião Paraibana do Trabalho, instituição organizada na Paraíba à feição de sua congênere cearense, fundada pelo Tenente Severino Sombra.

³⁷ No contexto da reconstitucionalização de 1932, João Santa Cruz passou a integrar os quadros do Partido Comunista do Brasil na Paraíba, se tornando a maior liderança das esquerdas no estado até meados do século XX. Sobre sua aproximação com o marxismo, Barbosa (1985, p. 30) diz que “Foi, seguramente, a partir dos anos trinta que mais se aprofundou nos estudos do marxismo, quando se tornou um ardoroso combatente antifascista, comandando, praticamente, todos os movimentos contra o integralismo, na Paraíba”.

**QUADRO VI – SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES DA
PARAÍBA (1930-1932)**

DESIGNAÇÃO	SEDE	ANO	Nº SÓCIOS EM 1932
Centro Proletário Alberto de Brito	Capital	1930	74
Centro Beneficente dos Barbeiros	Capital	1930	43
Associação Proletária Beneficente João Pessoa	Capital	1931	103
Sindicato dos Graphics	Capital	1931	158
Centro dos Trabalhadores	Capital	1931	92
União Geral dos Trab. de Transporte Marítimos e Porto	Cabedelo	1931	161
Sindicato dos Operários da Fábrica Tibiry	Santa Rita	1931	345
Centro dos Trabalhadores Barreirenses	Santa Rita	1931	72
Sindicato dos Auxiliares do Comércio	Guarabira	1931	108
União Operária Catholica	Campina Grande	1931	600
União dos Artistas e Operários	Patos	1931	46
Sindicato dos Auxiliares do Comércio	Capital	1932	279
União dos Estivadores	Cabedelo	1932	139
Sindicato Geral dos Trabalhadores	Campina Grande	1932	95

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 149 e SANTANA, 1999, p. 223.

De acordo com Gurjão (1994, p. 149), a princípio esses sindicatos adotaram uma atitude conciliatória com o Estado, a exemplo das Associações Beneficentes, entretanto, passaram a se mostrar mais independentes nos anos de 1934 e 1935, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil como o mais ativo e combatente.³⁸ A autora relata ainda que “Em março de 1935 foi fundada a Frente Única Sindical, a exemplo das que surgiam em todos os Estados do país. Funcionou na sede da Sociedade Mecânica e foi muito ativa, estimulando a criação de novos sindicatos e reforçando a luta dos operários”.

³⁸ Até 1934, as relações entre as representações dos trabalhadores e a interventoria eram amistosas, tornado-se tensas e até mesmo hostis a partir de então. Porém, simultaneamente, iniciava-se a repressão sobre os trabalhadores por meio de reiteradas ameaças da interventoria àqueles que insurgissem contra a ordem estabelecida (GURJÃO, 1994, p. 150).

A organização do operariado paraibano, na primeira metade da década de 1930, também se evidencia pelos seus instrumentos culturais de luta, a exemplo dos jornais editados pelos próprios trabalhadores, como segue:

**QUADRO VII – JORNAIS EDITADOS PELOS OPERÁRIOS NA PARAÍBA
(1931-1940)**

TÍTULO	PERÍODO	PATROCINADOR
União Operária	1921-1933 ³⁹	União Operária Beneficente
A Voz Operária	1931-1935	Associações Operárias da Parahyba do Norte
A Alvorada	01/05/1933	Alliança Proletária Beneficente
O Norte Operário	12/10/1933	União Operária Beneficente
A Frente	01/05 a 01/08/1934	Alguns sindicatos de Campina Grande
O Clarim	1939 a 1940	Sociedade União Operária Beneficente “Elísio de Sousa”

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 147 e Jornal *A União*, 1933.

Citando o exemplo do jornal *A Alvorada*, Gurjão (1994, p. 147) observa que estes periódicos davam ênfase, sobretudo, à necessidade da união dos operários, acenando para o socialismo de forma vaga e destituída de conteúdo e “apelavam, principalmente para o aperfeiçoamento moral, intelectual e o respeito às autoridades constituídas (...)”. De acordo com essa autora, o editorial do *A Alvorada* também procurava advogar o direito à liberdade para os trabalhadores dentro da ordem e da lei (sem se tornarem subservientes), assim como defendia a Alliança Proletária Beneficente das acusações de subversiva frente às autoridades.⁴⁰

Em meio a esse contexto, a Igreja Católica continuava a efetivar suas ações na busca de “desmaterializar” o operariado paraibano através das associações assistencialistas, com destaque para a União dos Operários e Trabalhadores Catholicos, que já funcionava em João Pessoa desde 1915, e a União Operária Catholica, fundada em Campina Grande em 1931. Depois de 1933, esta última atuou em conjunto com a

³⁹ Em 12 de outubro de 1936, esse jornal circulou em homenagem as comemorações do 17º aniversário da fundação da União Operária Beneficente (Jornal *A União*, 14/10/1936).

⁴⁰ Apesar dessa efervescência, esses jornais operários tiveram efêmera duração e desapareceram após o levante comunista de 1935, quando seus redatores foram presos e torturados. (GURJÃO, 1994, p. 148) Destes periódicos, o mais combativo foi *A Voz Operária*, que reunia várias associações e que conseguiu tem maior periodicidade (1931 a 1935).

Sociedade Beneficente dos Artistas, que era administrada e financiada por integralistas, "(...) realizando relevantes obras filantrópicas, distribuindo alimentos, vestimentas, ajuda em dinheiro e sustentando mais de 500 alunos em suas escolas". (SANTANA, 1999, p. 231).

A reconstitucionalização do país permitiu a crescente participação do operariado na política paraibana por meio das mobilizações reivindicatórias e/ou formação de frentes partidárias. Durante o processo eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte, com eleições em 03 de maio de 1933, os comunistas paraibanos formaram a Liga Pró-Estado Leigo, uma coalizão também integrada por representantes de várias tendências políticas como liberais-radicais, agnósticos, maçons, espíritas, protestantes, enfim, todas as correntes de pensamento que eram perseguidas pela Igreja Católica.⁴¹

Tendo em vista esse aumento da participação política dos operários da Paraíba, bem como o transcurso eleitoral vindouro, a Igreja Católica logo cuidou de fundar a junta estadual da Liga Eleitoral Católica, em dezembro de 1932. Seguindo as orientações de sua congênere nacional, a LEC tinha como principal objetivo propugnar pela vitória dos princípios cristãos nas próximas eleições.⁴² O jornal católico publicou uma nota sobre a atitude política dos católicos daquele momento:

Não vamos formar um partido católico, mas vamos arregimentar um eleitorado católico. Não nos limitaremos aos horizontes acanhados dos faccionistas partidários, mas apoiaremos todos os que, dentro ou fora dos partidos, estejam de acordo com os nossos princípios ou aceitem as nossas sugestões. Não queremos mandar; também não deixaremos que mandem os inimigos da nossa fé e da nossa pátria. Não disputaremos cargos; também não entregaremos os cargos a pessoas indignas. Não procuraremos honrarias; também não prestaremos honra aos que se divorciarem de nossas diretrizes. Não nos moveremos por pessoas. Combateremos por ideais. E não nos entibiaremos com as derrotas nem nos enfatuaremos com as vitórias. (Jornal *A Imprensa*, 10/02/1933).

⁴¹ Para concorrer a esse pleito, a direção nacional do PCB tentou conseguir a sua legalização, mas seu registro foi negado. Foi então decidido que os comunistas do Brasil deveriam constituir frentes amplas que arregimentassem a sua representação eleitoral. (MELLO, 2001, p. 179) A Liga Pró-Estado Leigo não conseguiu êxito, obtendo apenas 412 votos, mas o PCB paraibano, apesar de ser muito pequeno, acumulou força e prestígio para os seus passos seguintes na política paraibana e no movimento sindical. (PORFÍRIO, 2003, p. 34)

⁴² O jornal *A Imprensa*, de 15 de dezembro de 1932, noticia a constituição da Liga Eleitoral Católica da Paróquia de Nossa Senhora das Neves, registrando os nomes dos seus componentes: Dr. Francisco Lianza, presidente; Antônio Carvalho, secretário; João Serrano de Andrade, Angélico Miranda Loureiro e Antônio de Carvalho Dias, vogais. O jornal *A Imprensa* de 03 de fevereiro de 1933 traz a nota da Cúria providenciando a organização da LEC nas paróquias da Arquidiocese.

A partir de então, assim como no resto do Brasil, a participação da Igreja na política paraibana se consolidou, passando a atuar como grupo de pressão junto ao eleitorado no decorrer daquele processo eleitoral. Não obstante se declarar isenta de participação em qualquer partido político, deixava claro o seu apoio aos candidatos do partido situacionista e ao integralismo, atacando veementemente o socialismo.⁴³

Com o propósito de “desmaterializar” o operariado, a Igreja também fundou em João Pessoa um núcleo da Juventude Operária Católica (JOC), em 1933, “(...) uma associação que se destina à arregimentação de jovens obreiros no sentido de dar-lhes uma consciência de verdadeiro operário, educando-os e instruindo-os nos princípios de respeito a Deus e às autoridades constituídas”. (Jornal *A Imprensa*, 22/03/1933). Observamos ainda que, às vésperas das eleições de 1933, a JOC passou a atuar no sentido de procurar neutralizar os discursos da Liga Pró-Estado Leigo e constituir-se em um espaço de alistamento eleitoral, já que conseguiu associar mais de 200 operários e inaugurou uma escola de alfabetização para gazeteiros no bairro de Cruz das Armas, com o apoio do governo, que pagava seus funcionários e professores. (Jornal *A União*, 30/03/1933).

Essa ação da Igreja sobre os operários da capital pode também ser entendida a partir da programação estabelecida pelo Arcebispo para que o Cônego José Coutinho, vigário da Catedral da capital estadual, promovesse nos seus bairros mais pobres “obras de zelo e ação social católica” durante os meses de novembro e dezembro de 1933. Foram planejadas missões que teriam como pregadores os religiosos franciscanos Frei Florentino e Frei Romualdo, o Monsenhor José Tibúrcio e o Padre Teodomiro de Queiroz, e “No intuito de facilitar a celebração da santa missa e de outros atos litúrgicos (...), o Sr. Arcebispo fez construir uma capela portátil de madeira com toda aparelhagem requerida.” (Jornal *A Imprensa*, 07/11/1933).

Como parte dessa ação contínua de cristianizar o trabalhador da capital, o arcebispo procedeu, em 13 de abril e 20 de maio de 1934, as bênçãos das novas igrejas de São Gonçalo e de São José nos bairros operários da Torrelândia e de Cruz das Armas, respectivamente. O jornal *A Imprensa* de 28 de maio de 1935 registra a nota do arcebispo sobre a desapropriação da Igreja das Mercês, situada na Praça João Pessoa, para que a

⁴³ O processo constitucional de 1932, fez surgir na Paraíba dois principais grupos políticos na disputa pelo poder: o situacionista Partido Progressista (PP), sob a liderança de José Américo, e o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), liderado por Joaquim Pessoa e Antônio Bôtto de Menezes (GURJÃO, 1994, p. 171).

mesma fosse demolida por motivos de utilidade pública. Em troca, o governo estadual e municipal construiria, no bairro operário da Torrelândia, uma nova igreja e pavilhões de escolas profissionais para meninos pobres. Diz Dom Adauto: “Peçamos todos de coração ao nosso bom Deus, donde vem todo bem, que estas obras venham em sua integridade, cresçam e floresçam para a glória divina, nossa felicidade suprema, para o bem geral de tantas gerações de operários que atrairão as bênçãos de Deus sobre toda a família paraibana, **livrando-a da peste do comunismo e de muitos outros males sociais.**” (Jornal *A Imprensa*, 28/05/1935). (Grifos nossos).

Apesar de ser mais concentrada nas maiores cidades da Paraíba, a ação romanizadora do arcebispado paraibano sempre procurou alcançar as mais longínquas paróquias, quer por meio das orientações postas nas Cartas Pastorais a serem lidas durante as missas, quer fosse pela observação *in loco* do próprio Dom Adauto através de suas Visitas Pastorais, conforme já analisado anteriormente. No que diz respeito às visitas de paróquias, observamos que elas continuaram sendo uma prática do arcebispo paraibano na primeira metade da década de 1930, como segue:

QUADRO VIII – VISITAS PASTORAIS NA PARAÍBA (1932-1935)

ANO	MÊS	FREGUESIAS (MATRIZES E CAPELAS)
1932	Novembro	Pocinhos
1933	Novembro	Itabaiana
	Dezembro	Mamanguape e Rio Tinto
1934	Janeiro	São Miguel de Taipu
	Setembro	Mogeiro e Ingá
	Novembro	Cuité, Picuí, Pedra Lavrada, Alagoa Grande e Esperança
1935	Janeiro	Alagoinha

FONTE: LIMA, 2007, p. 552-630. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A despeito de observarmos um decréscimo, se compararmos com a primeira metade da década anterior, notamos que as visitas pastorais continuaram sendo uma

estratégia utilizada pelo arcebispo para supervisionar e doutrinar o clero e a sociedade de sua Arquidiocese.⁴⁴

Concordando com Gurjão (1994, p 143), Santana (1999, p. 228) também narra que o movimento operário da Paraíba assumiu sua maior intensidade em 1935, onde demandava “(...) cumprimento da lei de férias, de acidente de trabalho, jornada de 8 horas, melhores condições de trabalho e transporte mais barato para a classe operária, com a extensão da linha de bondes aos bairros de maior índice proletário, como o Rogers e Cruz das Armas.” Entre os meses de março e julho, essa mobilização foi consubstanciada por meio da participação de alguns núcleos operários na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do advogado João Santa Cruz.⁴⁵

A autora diz ainda que tais mobilizações ganharam impulso na capital paraibana graças ao clima de campanha das eleições municipais para vereadores, a se realizarem em 09 de setembro daquele ano, onde o oposicionista Partido Republicano Libertador (PRL), depois de conseguir o apoio de Osias Gomes, Josebias Marinho e Horácio de Almeida, principais nomes da ex-legenda “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”, obteve a adesão de parte do operariado por meio de seus sindicatos e associações.⁴⁶

Tendo em vista essa situação, a Igreja Católica continuou a se unir ao poder então constituído no estado, manifestando o declarado apoio da LEC ao situacionista Partido Progressista (PP) por meio do jornal *A Imprensa*, onde recrudescer a propaganda

⁴⁴ As orientações de Dom Aduato aos párocos da Paraíba também se davam por meio da Conferência Eclesiástica Mensal. O jornal católico de 15 de agosto de 1933 traz o Aviso nº 66 da Cúria lembrando, em nome do Arcebispo, o comparecimento no Palácio do Carmo, em 23 de agosto, dos vigários de Alagoa do Monteiro, Mamanguape, Serra Redonda, Cabaceiras, Serra da Raiz, Pocinhos, Taperoá, Soledade, Alagoa Nova, Esperança, Bananeiras, Campina Grande, Gurinhém, Espírito Santo, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo, como também de todos os padres da capital, para a conferência eclesiástica mensal, segundo as instruções do Boletim Eclesiástico.

⁴⁵ O surgimento da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, em março de 1935, empolgou os poucos comunistas que existiam na Paraíba, conseguindo atrair para as suas fileiras estudantes, professores, intelectuais, advogados, médicos, comerciantes, operários e trabalhadores em geral. João Santa Cruz, devido a suas participações nas eleições de 1933 e 1934, representando o PCB, e por sua atuação como advogado junto a alguns sindicatos de operários da capital, foi escolhido pelos comunistas para presidência do núcleo paraibano. Além deste, a direção estadual era composta por Aderbal Jurema, vice-presidente; e os demais membros: Miranda Sá Júnior, Guimarães de Tal, Waldemar Trigueiro, Ademar Vidal, Manuel Florentino, Horácio Mesquita, Altino Macedo, Elias Araújo e Manoel Alves. (PORFÍRIO, 2003, p. 44-49) A ANL chegou a desenvolver intensa propaganda através da imprensa (boletins) e de comícios, contudo não chegou a inaugurar a sua sede em João Pessoa, que estava prevista para o dia 15 de julho de 1935, já que o governo federal proibiu o seu funcionamento no país dois dias antes. (Jornal *A Imprensa*, 03/08/1937)

⁴⁶ As eleições para a Câmara Federal e para as Assembleias Legislativas estaduais, realizadas em 14 de outubro de 1934, abriram espaço para os deputados classistas, que seriam indicados pelas representações dos trabalhadores e patrões. Para aquela eleição, o Partido Comunista do Brasil registrou a chapa “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”, que na Paraíba foi composta por quatro candidatos a deputados federais e trinta a deputados estaduais, entre comunistas, socialistas, sindicalistas, evangélicos e maçons (PORFÍRIO, 2003, p. 35-36).

anticomunista e a doutrinação integralista.⁴⁷ Tendo como principal objetivo garantir o apoio dos trabalhadores, o porta-voz da Igreja, entre meados e fim de julho de 1935, procurou incutir na opinião pública a denúncia de um plano objetivando a “bolchevização” do Brasil e ratificar a ideia de que o operariado paraibano era trabalhador e ordeiro e que estava sendo influenciado “por elementos extremistas infiltrados nas fábricas divulgando o credo de Moscou” (Jornal *A Imprensa*, 28/06/1935).⁴⁸ Essa fonte também deixa rastro de que os elementos professantes do comunismo na Paraíba, ao procurarem se aproximar do meio operário, passaram ainda mais a serem considerados subversivos pelos setores reacionários.

Transcorridas as eleições, verificou-se um novo surto grevista na Paraíba, como se pode observar no quadro que segue:

QUADRO X – GREVES NA PARAÍBA (1934-1936)

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	CIDADE	DIA-MÊS	ANO
Telegrafistas	CG e JP	12/07-?/07	1934
Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Marques de Almeida e Cia.	Campina Grande	23 a 31/08	1934
Trabalhadores de Cais, Trapiches e Armazéns	Cabedelo	30/09 a 02/10	1935
Padeiros	João Pessoa e Santa Rita	? a 10/10	1935
Ferrovários da Great Western	João Pessoa	04 a 13/11	1935
Operários da Construção Civil	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários das Fábricas de Cigarros	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Telefonistas	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria	João Pessoa	04 a 10/11	1935
Estivadores	Cabedelo	04 a 10/11	1935
Operários da Indústria Mobiliária	João Pessoa	05 a 10/11	1935
Ferrovários da Great Western	João Pessoa	10/11 a ?	1936

FONTE: GURJÃO, 1994, p. 157.

⁴⁷ O jornal *A Imprensa*, de 18 de julho de 1933, noticia a instalação de uma seção da AIB na Paraíba. Já o dia 08 de agosto desse mesmo ano diz ter chegado à capital no dia anterior uma caravana integralista chefiada por Plínio Salgado, realizando-se uma sessão pública em propaganda do seu ideal, no salão nobre da Escola Normal, cedido pelo diretor Cônego Matias Freire, onde foi empossado o triunvirato da AIB na Paraíba, constituído por Pedro Batista, Hortêncio de Souza Ribeiro e Chileno Alvarenga. Com sede situada na Rua General Osório nº 77, a AIB paraibana passou a fundar núcleos em vários municípios do estado: Souza, São Gonçalo, Catolé do Rocha, Pirpirituba, Caiçara, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, Areia, Santa Rita, Taperoá, dentre outros.

⁴⁸ Os resultados desse pleito foram: o Partido Republicano Libertador conseguiu 2.477 votos, elegendo 07 vereadores, e o Partido Progressista 1.618, elegendo cinco vereadores. A chapa “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo” obteve apenas 295 votos em João Pessoa, não conseguindo coeficiente eleitoral para eleger representantes na Câmara Municipal (Jornal *A Imprensa* 13/11/1935).

Para Gurjão (1994, p. 155), esses movimentos grevistas ocorridos a partir de 1934, constituem o sintoma mais evidente do crescimento da mobilização operária na Paraíba. Diz a autora, também, que as duas greves de 1934, assim como as duas primeiras de 1935, transcorreram com certa tranquilidade e que as seguintes (novembro de 1935) foram tratadas pelo jornal católico com apreensão e temor, evidenciando também a ação repressiva por parte do Estado. Estas últimas envolveram várias categorias profissionais que paralisaram suas atividades por uma semana, o que fez com que o governo estadual armasse um estado de guerra para conter o movimento.⁴⁹

Coube à Igreja Católica procurar atribuir uma referência comunista às greves e continuar a insistir na índole pacífica e ajuizada do proletariado paraibano, alertando-o para o perigo da infiltração de elementos subversivos em suas manifestações, como vemos:

A massa grevista mal orientada toma atitudes contraditórias. Os propósitos conciliatórios de alguns perdem-se diante da balburdia que reina dentro dos sindicatos. E a demora de greve vem ocasionando um mal-estar geral na cidade. Percebe-se que por traz dos pobres operários há quem esteja empecendo a resolução do caso. (*Jornal A Imprensa*, 08/11/1935).

Procurando intermediar o retorno dos grevistas aos seus trabalhos, o porta-voz da Arquidiocese pedia para que os operários acabassem com a greve que “há quase uma semana sobressalta a cidade” (*Jornal A Imprensa*, 08/11/1935). Ao mesmo tempo em que reconhecia que os salários mereciam ser reajustados e que o patronato não pensava em justiça social, o jornal católico dizia que o operariado não tinha uma mentalidade formada para resolver por si os seus problemas, deixando-se por isso “(...) explorar para gáudio dos fabriqueiros de situações sociais insustentáveis”. No dia seguinte, por meio do editorial “Amai-vos uns aos outros”, esse jornal continuou a insistir para que os trabalhadores acabassem com a paralisação e acusava a ANL e os comunistas de estarem usando os operários para seus objetivos políticos e como os responsáveis pelas greves daquele ano.

⁴⁹ A Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil (1934) orientou para que os seus militantes fizessem esforços no sentido de organizar movimentos grevistas por todo país e, desse modo, entrassem na luta pela realização da revolução proletária. Essa diretriz conseguiu mobilizar algumas categorias da Paraíba no ano de 1935, que paralisaram suas atividades sob a orientação da Frente Única dos Trabalhadores, entidade constituída pelo PCB (PORFÍRIO, 2003, p. 50-51).

A greve continúa. E continúa a intranqüilidade da família paraibana. Já se pensa, com razão, que os nossos pobres operários – o homem honesto que conhecemos, incapaz de violências e de rapina, estão inconscientemente servindo à trama de um plano preparado pelos “inocentes” idealistas da Aliança Nacional Libertadora (...). A tática dos communistas foi sempre esta: provocar a intranqüilidade em primeiro lugar, depois, de insustentabilidade pelas greves gerais, para, no momento exato, dar o golpe “armado” (Jornal *A Imprensa*, 09/11/1935).

Vemos que a Igreja tratou de explorar o que ela entendia por “tradição pacífica e a bondade dos trabalhadores paraibanos”, insistindo na tese de que as greves eram produtos dos comunistas. Ao apelar para a concórdia e fraternidade entre os patrões e os trabalhadores, o discurso católico também construía a representação da incapacidade destes “de lutarem pelos seus direitos, legitimando, assim, a permanente tutela do Estado”. (GURJÃO, 1994, p. 162)⁵⁰

A partir de então, a Igreja Católica paraibana passou a referendar os atos repressivos do governo de Argemiro Figueiredo (1935-1937) aos movimentos operários e a intensificar a sua campanha contra o comunismo enquanto veiculava a propaganda integralista, por meio de uma seção semanal no seu jornal, denominada “Coluna Integralista”.

Fontes e Referências bibliográficas:

Livros

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: imprensa e vida. Jornalismo impresso (1826-1986).** Campina Grande: GRAFSET, 1986.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo.** Uma contribuição à história das lutas sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses.** Campina Grande: Editora Caravela, 1998.

⁵⁰ Depois de seis dias, a greve terminou no sábado (09/11/1935), mediante um acordo firmado no palácio do governo entre uma comissão de representantes dos grevistas, liderada por João Santa Cruz, e o Secretário do Interior e Segurança Pública, José Mariz. Ficou acertada a volta imediata dos operários ao trabalho como primeira condição para um entendimento sobre o aumento de salário e, em contrapartida, as sedes dos sindicatos seriam reabertas e as pessoas que haviam sido presas durante a greve seriam postas em liberdade. Um mês depois, os empresários da capital não cumpriram as promessas de negociação e os operários não puderam reagir e fazer nova greve, devido à repressão desencadeada após o levante militar dos comunistas de 23 e 24 de novembro em Natal e Recife, chamada de “Intentona Comunista” (GURJÃO, 1994, p. 162 e PORFÍRIO, 2003, p. 61).

DIAS, Roberto Barros. **“Deus e a Pátria”**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul**: um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização**: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba**: 1890-1930. João Pessoa: Ideia, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1989-1945). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). **Carta Pastoral Tudo pela Pátria, nada sem Deus**, 1917.

_____. **Carta Pastoral Do Nosso Dever para com a Imprensa** (1918). Parahyba do Norte: Typographia A Imprensa, 1918.

_____. et al. **Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil Sobre os males actuaes da sociedade**. Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

_____. **Carta Pastoral Das Vantagens do Ensino Religioso**, 1932.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: cinquenta anos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOVAL, Boris. **História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Humanum Genus** (20 de abril de 1884). Petrópolis: Vozes, 1955.

LIMA, Francisco (Cônego). **Dom Adauto**: subsídios bibliográficos (1855-1915). Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**: O Caso da Paraíba (1945/1964). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

_____. **A revolução estatizada**. Um estudo sobre a formação do centralismo em 30. 2ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1992.

MENDES FILHO, Leônidas. **Sindicalismo em Campina Grande**: evolução histórica e política (1874-1983). Campina Grande: mimeo, s.d.

MENEZES, Antônio de Aguiar Bôtto de. **Minha terra**: memórias e confissões. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964) São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa: Textoarte, 2003.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba 1917-1921. **Textos UFPB-NDIHR**, nº 03. João Pessoa: mimeo, 1983.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e intervenção estatal**. Paraíba (1930-1940). João Pessoa: Editora Universitária, 1999.

Jornais

Jornal *A Imprensa*, maio.1919
Jornal *A Imprensa*, 09 out.1919
Jornal *A Imprensa*, 10 jun.1920
Jornal *A Imprensa*, 11 maio 1921
Jornal *A Imprensa*, 20 jul.1921
Jornal *A Imprensa*, 27 jul.1921
Jornal *A Imprensa*, 12 nov.1921
Jornal *A Imprensa*, 25 ago.1922
Jornal *A Imprensa*, 11 dez.1924
Jornal *A Imprensa*, 08 maio1927
Jornal *A Imprensa*, 16 maio1931
Jornal *A Imprensa*, 10 set.1931
Jornal *A Imprensa*, 14 jan.1932
Jornal *A Imprensa*, 02 fev.1932
Jornal *A Imprensa*, 03 ago.1932
Jornal *A Imprensa*, 15 dez.1932
Jornal *A Imprensa*, 10 fev.1933
Jornal *A Imprensa*, 22 mar.1933
Jornal *A Imprensa*, 21 abr.1933
Jornal *A Imprensa*, 18 jul. 1933
Jornal *A Imprensa*, 8 ago. 1933
Jornal *A Imprensa*, 01 set.1933
Jornal *A Imprensa*, 07 nov.1933
Jornal *A Imprensa* 28 maio 1935
Jornal *A Imprensa*, 28 jul.1935
Jornal *A Imprensa*, 08 nov.1935
Jornal *A Imprensa*, 09 nov. 1935
Jornal *A Imprensa*, 03 ago.1937
Jornal *A União*, 18 mar.1908

Jornal *A União*, 17 jan. 1931
Jornal *A União*, 14 abr.1931
Jornal *A União*, 09 nov.1932
Jornal *A União*, 30 mar. 1933
Jornal *A União*, 07 jul.1933
Jornal *A União*, 15 ago.1933
Jornal *A União*, 14 out.1936
Jornal *O Norte*, 29 jun. 1917
Jornal *O Rebate*, 22 out.1932
Jornal *Diário do Estado*, 08 ago.1917